



SENADO FEDERAL

Plano de Trabalho

Comissão Temporária Externa para acompanhamento das ações de enfrentamento aos incêndios detectados no bioma Pantanal e seus desdobramentos

Presidente: Senador **WELLINGTON FAGUNDES**

Relator: Senador **NELSINHO TRAD**

1. APRESENTAÇÃO

O bioma Pantanal é de extrema importância para o equilíbrio ambiental, a economia e o desenvolvimento social da região que o abrange. Conquanto ocupe apenas 1,76% da superfície do território brasileiro, esse bioma constitui uma das maiores extensões úmidas do planeta, possuindo uma rica biodiversidade, que presta significativos serviços ecossistêmicos, além da presença de uma economia pujante e de comunidades indígenas e tradicionais que apenas revelam seu valor como mosaico pluriétnico e pluricultural.

Infelizmente, essa rica dádiva, alçada ao status de patrimônio nacional pela Constituição Federal (art. 225, § 4º), vem sendo dizimada por queimadas descontroladas causadas pela ação humana, mas agravadas por uma severa estação seca e pela ocorrência de incêndios nos biomas vizinhos, Amazônia e Cerrado. Segundo dados do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o bioma já teve cerca de 15% de sua área devastada pelas chamas.

Os governos estaduais e federal têm dado respostas a essa situação. Brigadistas do Ibama e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), assim como membros das Forças Armadas, têm trabalhado na região há meses. Por sua vez, em razão dos incêndios e seus efeitos, os Governadores dos estados de Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS) decretaram estado de emergência ambiental. E o Ministério da Defesa deflagrou a “Operação Pantanal”, que reúne esforços do Exército Brasileiro (EB), da Marinha do Brasil (MB), da Força Aérea Brasileira (FAB), do Corpo de Bombeiros de MS, da Polícia Militar Ambiental e do Ibama/Prevfogo. As ações de apoio contam com mais de 320 profissionais, entre militares, brigadistas e civis, e com o emprego de cinco aeronaves em voos de reconhecimento, transporte de militares/brigadistas e lançamentos de água.

Não obstante esses esforços, o fogo já destruiu uma área de 2,9 milhões de hectares no Pantanal — essa área representa quase 10 vezes o tamanho das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro juntas.

Se a gravidade dos fatos já nos mobilizava a preocupação, a renitência e o descontrole das chamas, bem como o aprofundamento dos efeitos nocivos à saúde, ao meio ambiente, à economia e à população nos impeliram, como Senadores da República, a uma atuação mais contundente.

Foi essa motivação que moveu o Senador Wellington Fagundes a apresentar o Requerimento nº 2.187, de 2020, por meio do qual propôs a criação da *Comissão Temporária Externa para acompanhamento das ações de enfrentamento aos incêndios detectados no bioma Pantanal e seus desdobramentos*. Estabelecida em 16 de setembro, a comissão encerra dois objetivos precípuos. O primeiro é avaliar as ações de enfrentamento às queimadas e seus desdobramentos, quais sejam:

- as providências adotadas para evitar novos focos de incêndios;

- a limpeza dos locais já atingidos;

- a proteção das populações diretamente atingidas, da economia, da fauna e da flora e;

- a transparência das atividades coordenadas pela *Operação Pantanal*.

O segundo objetivo é, a partir das atividades realizadas e das contribuições de diversos atores e segmentos da sociedade, apresentar um projeto de lei que institua a norma geral de proteção ao bioma Pantanal, denominada *Estatuto do Pantanal*, que contemple objetivos, princípios, diretrizes gerais para promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável da região, com ênfase nas características do bioma e nos anseios do povo pantaneiro.

O presente plano de trabalho condensa as atividades necessárias à consecução desses objetivos.

2. ATIVIDADES PROPOSTAS

São previstas as seguintes ações:

- Levantamento e análise de dados e avaliações por entidades públicas e privadas;
- Identificação de atores sociais e agentes econômicos relacionados ao tema;
- Realização de audiências públicas;
- Visita a regiões atingidas pelas queimadas

Com base nessas atividades, será elaborado o relatório final para apreciação pela Comissão no prazo de 90 dias, contados da data de sua instalação.

3. CRONOGRAMA

Propomos a seguinte programação para o desenvolvimento dessas ações:

Atividade	Local	Convidados	Objetivos
Inspeções in loco 19/09/2020	Mato Grosso - Poconé	<ul style="list-style-type: none"> - Secretária de Meio Ambiente de Mato Grosso: Mauren Lazzaretti; - Secretário Adjunto de Desenvolvimento do Turismo: Jefferson Moreno; - Secretário de Segurança Pública de Mato Grosso: Alexandre Bustamante dos Santos; - Secretário de Desenvolvimento Econômico: César Miranda; - Secretário de Infraestrutura: Marcelo Oliveira; - Comandante do Corpo de Bombeiros: coronel Alessandro Borges; - Comandante do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso do Sul; - Comandante da Marinha (MT e MS): almirante Guida; - Secretário de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul: Jaime Verruck; - Deputada Federal Rosa Neide; - Deputado Federal Rodrigo Agostinho; 	<p>Obter impressões locais da situação;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ouvir as diversas representações locais da sociedade civil, do setor produtivo e do poder público acerca da efetividade das ações tomadas, as lacunas, omissões e dificuldades encontradas, bem como colher subsídios para propostas de soluções no curto, médio e longo prazo.

		<ul style="list-style-type: none"> - Deputado Federal Nilto Tatto; - Deputado Federal Paulo Teixeira; - Deputado Federal Professor Israel Batista; - Deputado Federal Dr. Leonardo; - Deputado Federal Alessandro Molon; - Deputada Federal Sâmia Bomfim; - Deputado Estadual Carlos Avalone; - Deputado Estadual Wilson Santos; - Deputado Estadual Alan Kardec; - Deputado Estadual Silvio Favero; - Deputado Estadual Ludio Cabral. 	
<p>Inspeções in loco Datas Sugeridas 26/09/2020 ou 03/10/2020</p>	<p>Mato Grosso do Sul - Corumbá</p>	<p>Órgãos públicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles; - Ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho; - Ministra de Estado da Agricultura e Reforma Agrária, Tereza Cristina; - Vice-Presidente da República General Hamilton Mourão; - Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Almirante Flávio Augusto Viana Rocha; 	<ul style="list-style-type: none"> - Obter impressões locais da situação; - Ouvir as diversas representações locais da sociedade civil, do setor produtivo e do poder público acerca da efetividade das ações tomadas, as lacunas, omissões e dificuldades encontradas, bem como colher subsídios para propostas de soluções no curto, médio e longo prazo.

		<ul style="list-style-type: none"> - Governador Do Estado de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja; - Bancada Federal; - Câmara Municipal de Corumbá; - Prefeito de Corumbá, Marcelo Lunes; - Ibama; - ICmBio; - Funai; - Coordenador da Operação Pantanal II, Contra-Almirante da Marinha, Sérgio Gago Guida; - Comando do Corpo de Bombeiros de MS; Coronel Joilson Alves do Amaral <p>Sociedade civil:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instituto Homem Pantaneiro; - SOS Pantanal; - Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso do Sul (Aprosoja/MS); - Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrisul); - Memória Pantanal – Casa de Cultura - Embrapa Pantanal; - Famasul – Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - Sindicato Rural de Corumbá 	
Audiência Pública Remota	Brasília	<p>Órgãos públicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ministério do Meio Ambiente (MMA); - Ministério da Defesa (MD); - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). - Ibama/Prevfogo; 	Discutir a atuação governamental no combate às queimadas no bioma Pantanal e seus desdobramentos nos seguintes subtemas:

		<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). <p>Sociedade civil:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP); - Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema); - Associação Nacional dos Servidores de Meio Ambiente (Ascema); - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato); - Observatório Pantanal; - Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul – Famasul. 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação da efetividade das operações e medidas de enfrentamento; - Avaliação das medidas preventivas e remediadoras adotadas; - Avaliação das medidas compensatórias às populações afetadas; - Apuração de responsabilidades; - Avaliação da transparência das ações.
Audiência Pública Remota	Brasília	<p>Poder Público:</p> <ul style="list-style-type: none"> - MMA; - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); - Fundação Nacional do Índio (Funai); - Órgãos de Defesa Civil. - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária no Pantanal (Embrapa-Pantanal). <p>Sociedade Civil:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Representante do setor produtivo; - Representante da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); - Representante de instituições de proteção ambiental; 	Coleta de subsídios para elaboração do <i>Estatuto do Pantanal</i>

		<ul style="list-style-type: none"> - Representante dos Povos Indígenas pantaneiros; - Representante de comunidades tradicionais pantaneiras. - Representante do Sistema S. - Representante da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS 	
Reuniões técnicas	Brasília	Senadores e assessorias	Reunião interna: avaliação dos trabalhos e calibragem de cronogramas. Definição de datas para as audiências públicas.
Apresentação e Votação do Relatório Final			

É este o Plano de Trabalho que submetemos à apreciação deste colegiado.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator